

Introdução

A pesquisa que aqui figura debruça-se sobre as políticas culturais e turísticas dos concelhos da Área Metropolitana do Porto (AMP) enquanto vectores transversais dos projectos do desenvolvimento local. Tem como referencial empírico os 9 concelhos que entre 1991 e 2004 constituem este espaço metropolitano: Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

Segundo parâmetros teóricos que o reconfiguram na sua especificidade jurídica e formal, o nosso objecto sociológico dificilmente se mantém, enquanto construção analítica, entre os limites temporais definidos pelo primeiro enquadramento jurídico da AMP, e aquele que aqui nos serve de referência empírica. Perspectivamo-lo com base nos discursos dos eleitos locais e dos actores locais e regionais, em exercício de funções em 2001-2005, e nas representações destes actores sociais a propósito dos discursos e das práticas políticas concelhias e metropolitanas; fazemo-lo, também, a partir da triangulação das fontes documentais concelhias recolhidas, e dentro de parâmetros temporais flutuantes (1980 e 2001); e, em paralelo, acoplando registos de observação dos campos culturais locais, e dos actores neles presentes, e que foram aconchegando o trabalho de terreno, ora por via de coordenadas exploratórias, ora incorporando dimensões muito próximas, por vezes, de um certo nível de validação intrínseca.

Este exercício sociológico em torno dos concelhos da AMP, e dos contextos políticos locais e supramunicipais que potenciam a dinamização cultural e turística, surge como o culminar de um processo feito de valências institucionais e pessoais. Em primeiro lugar, resulta de uma estratégia de investigação sociológica sobre um objecto que nos é parcialmente familiar, e que tem sido alvo de esforços de construção analítica no campo das ciências sociais, e em particular da sociologia. Um ou outro desses exercícios tivemos a oportunidade de co-protagonizar. Confrontámo-nos, noutros momentos, com a realidade cultural de alguns dos

municípios aqui presentes, em fases do percurso académico distantes e diferenciadas quanto às exigências profissionais e ao património sociológico adquirido, e que equacionaram experiências de investigação salutaras, pelas aprendizagens que permitiram e pelas leituras possíveis de um espaço metropolitano que se constituía como tal nos princípios dos não muito recuados anos 90¹.

Por outro lado, e porque a sociologia se enquadra em contextos e processos sociais de produção de conhecimento, para além dos circunscritos ao campo científico, as motivações pessoais impõem-se, de modo mais diluído é certo, mas impõem-se como vectores associados às escolhas dos objectos de análise². Accionámos a nossa chegada à sociologia, antes de mais, porque incorporámos - fazendo jus à socialização, que só mais tarde objectivaríamos como processo de formação - a vivência social das diferenças e dos caracteres próprios de uma pertença de classe. Moveu-nos a curiosidade em torno das origens sociais e dos processos de construção de vocações e de comportamentos que, nos espaços privados ou nos espaços públicos das interacções sociais, eram, mais do que diferenciados, socialmente tipificados. O sentido estruturante que tais condições de existência teriam sobre o livre arbítrio dos actores sociais foi o parâmetro de leitura que a sociologia, desde logo, nos sugeriu, para além do das explicações quotidianas ou estritamente individuais e psicologistas.

O interesse pela sociologia, depois de descoberta a disciplina, orientou-se por alguns meandros, entre eles os meandros dos mundos culturais. A área do lazer e da cultura, nas suas múltiplas formas de manifestação, sempre nos intrigaram, e

¹ Por exemplo, os concelhos da Póvoa de Varzim, de Vila do Conde e do Porto (Azevedo, 1997; 1992; Fernandes [et al.], 1998).

² A prática da sociologia é atravessada por dimensões ideológicas, sejam elas os *a-prioris* epistemológicos (Nunes, 1984), também decorrentes da própria pertença de classe dos investigadores sociais e do seu *máximo de consciência possível* (Goldmann, 1976), ou os sentidos atribuídos ao social a partir dos valores do próprio investigador. Como sugere Creswell, um dos factores que pode justificar a escolha de uma estratégia de investigação e, de algum modo, de um paradigma, é o conjunto de motivações pessoais e de atributos de ordem psicológica do investigador, para além de outras, a nosso ver mais enformadoras da pesquisa, de ordem epistemológica e metodológica e da chamada factibilidade da investigação propriamente dita (Creswell, 1994).

mobilizaram-nos, antes de mais, como potenciais *consumidores* de um painel cuja oferta seria susceptível de diluir, numa primeira leitura, assimetrias sociais de outros géneros e com incidências várias nos quotidianos sociais. A relação com a cultura, e perspectivada do lado dos públicos, poderia accionar modos de relação mais transversais, plurais nos sentidos e nas formas, capazes de reposicionar as próprias especificidades sociais e institucionais da formação de públicos. E quando associámos àquele perfil o do *aprendiz dos afazeres* da sociologia, interessou-nos tanto quem protagonizava consumos e procuras culturais, como quem construía a oferta e os públicos, e em torno das duas dimensões, que processos enformavam as representações e as práticas culturais.

No caso aqui presente, os esforços da análise focalizam-se nos actores sociais - eleitos locais e actores culturais e turísticos, locais e regionais - que redimensionam o desenvolvimento local a partir de um vector como o da oferta cultural municipal e, pela especificidade teórico-empírica do objecto, metropolitana. Associa-se ao painel do interesse sociológico por tal objecto uma outra dimensão analítica: as potencialidades turísticas dos concelhos da AMP na sua relação transversal com os projectos políticos globais do desenvolvimento local. Este trabalho, *Políticas culturais, turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto – um estudo de caso*, constitui, de igual modo, um dos resultados esperados do projecto que levámos a cabo entre Fevereiro de 2002 e Julho de 2006, nos concelhos da AMP, com o apoio formal da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)³.

Três objectivos iniciais nortearam o nosso projecto. Quando reescritos a esta distância temporal, constatamos que alguns vectores não têm o alcance e a saturação da análise totalmente esgotados. Admitimos, inclusive, que reconfigurámos

³ Projecto POCTI/SOC/39803/2001 – *Culturas urbanas, turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, e na rubrica Projectos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico em Todos os Domínios Científicos, área da Sociologia, cujo período de realização se situou entre Fevereiro de 2002 e Julho de 2006 e com a seguinte equipa de investigação: Natália Azevedo (investigador responsável) e Sara Melo (bolseiro de investigação científica). A orientação científica do trabalho de investigação que conduziu à presente dissertação de doutoramento esteve a cargo do Professor Doutor António Firmino da Costa, com a co-orientação do Professor Doutor António Teixeira Fernandes.

objectivos e dimensões de análise no decurso da própria investigação empírica, assumindo que, de facto, o vaivém entre teoria e empiria vai reposicionando os equilíbrios momentâneos do nosso exercício de leitura. Sem reenquadrá-los aqui nas suas dimensões iniciais, referiríamos apenas que parâmetros analíticos como as modalidades mais simbólicas de apropriação e vivência dos espaços públicos da cultura, ou o processo aglutinador dos usos, identidades e sociabilidades, na associação entre a territorialização das práticas e das identidades e a globalização dos conteúdos e dos imaginários culturais; ou ainda os consumos e os lazeres dos públicos culturais da panóplia de eventos dos concelhos da AMP, são tão passíveis de oportunidade sociológica quanto aqueles que de facto nos ocuparam. Constituem, se quisermos, outros traços de leitura das estratégias de planeamento e de gestão das intervenções culturais locais, que gostaríamos de dar conta num outro projecto de pesquisa empírica.

No contexto metropolitano aqui em causa, reconheçamos que é pelo eixo de análise dos *públicos culturais*, e da *procura* socialmente segmentada, que a AMP é mais vezes sociologicamente enquadrada. Se transpormos tal eixo de análise para o contexto da sociedade portuguesa, o domínio sociológico do estudo dos públicos da cultura prima por ser necessário e recente: nos últimos anos tem-se configurado o interesse da comunidade de sociólogos pela operacionalização do conceito e pelo alargamento do capital sociológico empírico sobre os públicos culturais na sociedade portuguesa. Tal tem exigido a fragmentação científica das dimensões de análise e a escolha de objectos empíricos particulares: atendendo ora aos eventos, ora às instituições que os concebem e implementam, ora ainda à delimitação territorial em que se inscrevem. A AMP enquanto delimitação territorial integra alguns desses trabalhos feitos em torno das práticas culturais e dos públicos: nalguns casos, ela própria inscrita nas pesquisas sobre concelhos da Região Norte; noutros, como enquadramento da análise de públicos culturais nos contextos urbanos dos concelhos que a compõem, com particular destaque para o do Porto. Assinalemos que tais trabalhos espelham contribuições importantes no património

sociológico português – a legitimidade científica das investigações pela comunidade de pares – mas, igualmente, a maior sensibilidade dos actores culturais e políticos para o diagnóstico e a avaliação de eventos e de públicos. Destaquemos também que, do nosso ponto de vista, se inicia, num outro sentido, um conjunto de práticas de conhecimento sociológico que prenuncia a maturidade dos processos de análise e o alargamento dos objectos empíricos. No caso da AMP, a centralidade da cidade do Porto nas análises já realizadas obscurece, de alguma forma, as virtualidades analíticas e empíricas que outros objectos urbanos da AMP já socialmente prefiguram.

Mas a análise, e subsequente avaliação social e política, de eventos e de públicos não se deslindam das de uma outra componente fundamental do estudo sociológico em torno das práticas culturais: a das políticas culturais de iniciativa pública. E, no âmbito desta pesquisa, é este o nosso centro de análise: as políticas culturais municipais dos concelhos da AMP. Objecto que nos parece ainda menos focalizado sociologicamente quanto aquilo que a realidade política e cultural destes municípios, de alguma forma, nos sugere: as virtualidades de um objecto social que se legitima por um conjunto de princípios políticos de actuação municipal que se desenham nos anos 90 do século XX e cujos cenários culturais locais adquirem visibilidade e coerência nos finais desta década. Situamo-nos, assim, na análise do enquadramento institucional das políticas culturais municipais. Os princípios e os objectivos, as actividades e as modalidades de actuação, os recursos e os efeitos da intervenção cultural, as virtualidades e os obstáculos da gestão política e da gestão técnica das iniciativas culturais, são fragmentos do objecto que, quando perspectivados sociologicamente, nos possibilitam um retrato das políticas culturais municipais da AMP.

Articulamos com aquele um outro centro de análise: as políticas turísticas da AMP. Merecem-nos atenção, e culminando uma curiosidade pessoal e sociológica em torno dos meandros do poder político à escala local, a diversidade cultural dos concelhos da AMP e as potencialidades turísticas que, a dado momento, se

posicionam nos discursos políticos quotidianos e na oferta cultural concelhia. O turismo cultural, na diversidade de sentidos e formas que assume, adquire traços de uma aspiração política e simbólica que os eleitos locais pretendem transformar numa realidade política e social nos seus concelhos. Deste ponto de vista, parece-nos que as virtualidades da análise sociológica de uma temática como esta enformam positivamente tanto o objecto real – a AMP – e o objecto teórico – as políticas culturais e turísticas da AMP articuladas com os processos do desenvolvimento local – como o conhecimento sociológico sobre a AMP, em vectores que recentemente adquirem centralidade e legitimidade científicas – a oferta cultural e o turismo cultural, dimensionados, articuladamente, e numa lógica de desenvolvimento local, pelas instâncias de decisão política municipais.

A configuração jurídica da AMP, à luz do primeiro diploma de 1991 (lei 44/91 de 4 de Junho), desenha-a com 9 municípios, dispersos em duas coroas sucessivas, a norte e a sul, face ao concelho do Porto, e com prolongamentos territoriais para nordeste. Concelhos estes que se afirmam como territórios também em função da influência exercida pela própria centralidade do Porto, e que reúnem, à data da sua constituição como AMP, o cruzamento entre características rurais e urbanas. Quando dimensionamos a possibilidade de perspectivar os discursos políticos em torno do espaço metropolitano, mas a partir de coordenadas que ultrapassam as estritamente económicas e sociais do desenvolvimento local, interiorizamos que há virtualidades analíticas naquilo que a observação directa, e a vivência pessoal de alguns dos contextos urbanos aqui em análise, nos exigem.

O que nos ocupa sociologicamente é, em primeiro lugar, analisar a relação entre as políticas culturais e turísticas e os processos do desenvolvimento local num contexto territorial metropolitano. Interessa-nos interpretar os discursos políticos dos eleitos locais em exercício de funções, entre 2001 e 2005, nos concelhos da AMP, tendo como fio orientador as representações de cultura e de turismo cultural, e problematizando-as enquanto elementos estruturantes dos projectos e, até certo ponto, das práticas políticas em torno do desenvolvimento local. Em segundo lugar,

confrontar o projecto de cidade cultural e turística dos actores políticos locais com o dos actores locais e regionais ligados a organismos de desenvolvimento, de cultura e de turismo. Num outro sentido possível, é nossa intenção analisar as dinâmicas políticas e culturais de especialização funcional do conjunto de concelhos da AMP, detectando as lógicas de afirmação, apropriação e concorrência presentes, quer na fisionomia dos seus espaços e produtos de cultura, quer nas políticas de intervenção cultural e turística. Em paralelo, verificar até que ponto é possível arquitectar uma lógica metropolitana integrada e de co-reciprocidades políticas nos campos da cultura e do turismo.

Por outras palavras, parece-nos de todo pertinente aprofundar o estudo das dinâmicas culturais em contextos urbanos numa relação estreita com as dinâmicas do desenvolvimento local e do turismo cultural. Dá-se assim continuidade, dentro dos limites que tais propósitos sempre encerram, à abordagem sociológica dos universos culturais e turísticos dos concelhos situados a norte do país, sobretudo numa área que tem revelado nestes últimos anos não só um maior investimento político e social em equipamentos e oferta cultural municipal, como igualmente uma maior procura dos bens e serviços culturais locais e interconcelhios.

A análise em torno das políticas culturais, do turismo cultural e do desenvolvimento local pode promover, desde logo, o aprofundamento dos conhecimentos sobre os processos de desenvolvimento cultural e as políticas de turismo cultural nos últimos anos nos concelhos que compõem a AMP. Numa outra ordem de prioridades, e se posicionarmos a prática da investigação sociológica na relação directa de participação com as instituições sociais e políticas em causa, a pesquisa permite, aos actores do poder político e das instituições culturais e turísticas, o acesso a um levantamento diacrónico e sistematizado de informações. São informações sobre as dinâmicas culturais e turísticas dos concelhos, que, dentro dos limites de qualquer exercício analítico, podem sugerir-lhes uma outra fundamentação das políticas culturais e das práticas de planeamento, de intervenção e de avaliação. Por último, o processo da investigação pode ser um

meio para testar grelhas de observação e de inquirição e grelhas de informação estatística sobre os concelhos e a região, numa tentativa modesta de arquitectar instrumentos teóricos e técnicos de base para a implantação de observatórios locais sobre as realidades culturais e turísticas dos concelhos.

Os passos da pesquisa, feitos de circularidade metodológica, pressuposto que aqui assumimos como estruturante, dificilmente se coadunam com a exigência formal do relatório final, estruturado ele próprio a partir de uma arquitectura com alicerces diversificados e estratificados discursivamente. Retenhamos, apenas, que tal como a pesquisa se alicerça na reversibilidade permanente entre teoria e empiria, também o discurso em torno da prática da investigação se entrecruza e se reposiciona, para além dos limites formais.

Desde logo, a definição do objecto teórico. Nos Capítulos 1 e 2 procuramos delimitar os vectores analíticos do trabalho de investigação. E, nesse sentido, concebemos um conjunto de dimensões de análise, que focalizam o olhar sociológico sobre uma realidade multifacetada como a AMP.

As dimensões culturais e turísticas do objecto não estão dissociadas das componentes globais que o contextualizam, temporal e socialmente. Percorremo-las na totalidade possível e incompleta das inferências interpretativas: desde as variáveis sócio-demográficas e históricas aos parâmetros político-partidários e sociais dos contextos municipais. Assumimos que o enquadramento epistemológico do objecto é reversível nas dimensões analíticas fundamentais. Na relação triangular entre cultura, turismo cultural e desenvolvimento, os vértices reposicionam-se; porém, ponderamos os dois primeiros como vectores políticos dos planos mais globais do desenvolvimento concelhio e que, *a priori*, estão na origem de uma possível afirmação dos centros urbanos concelhios e da própria AMP. O desenvolvimento local configura-se como processo de mudança social, sobre o qual directrizes hierarquizadas, política, económica e socialmente, são ponderadas pelos actores sociais. No quadro do nosso objecto de análise, a cultura e o turismo não só são dimensões com *lugar sociológico* nas problematizações em torno dos processos de

desenvolvimento local, como têm *lugares políticos* nas matrizes sociais de leitura do local e do regional.

Os tempos e os contextos políticos e sociais são, em contrapartida, outros traços a considerarmos: do nosso ponto de vista, estes estão mais distantes do momento inicial da formação do espaço metropolitano, e configuram o posicionamento, estruturante ou transversal, da cultura e do turismo nos quadros de representações políticas dos eleitos locais e dos actores locais e regionais ligados a estas áreas de intervenção. A hierarquização das prioridades políticas decorre, por um lado, do equilíbrio funcional entre as necessidades do território local e a oferta possível de respostas; e, por outro, das lógicas de exercício dos poderes político e económico e dos recursos exigíveis. Neste quadro, a cultura e o turismo são dimensões prioritárias do desenvolvimento local a partir do momento em que os trajectos históricos e político-económicos primordiais da qualidade de vida social têm níveis de realização política e de equidade social.

Sem deixarem de ser concebidos, enquanto representações políticas, como alicerces de uma concepção global e integrada do desenvolvimento local, aqueles parâmetros accionam-se, antes de mais, segundo tempos e modalidades, lógicas e actores hierarquizados. Quando perspectivamos as práticas políticas, dimensionamos sociologicamente os tempos políticos e sociais, e as modalidades segundo as quais tais vertentes se articulam num processo mais global do desenvolvimento da AMP. Com base nas escalas de leitura intraconcelhia, interconcelhia e supramunicipal, visualizamos modos e tempos diferenciados e, no jogo político das centralidades funcionais, tanto no sentido político-partidário como simbólico, lógicas de convergência e lógicas de divergência entre os actores sociais alvo. , e

Do objecto empírico, e dos andamentos em torno da sua objectivação, damos conta no Capítulo 3. Posicionamo-nos quanto às possibilidades epistemológicas da relação teoria/empíria, desde a construção do objecto teórico, passando pelo desenho do plano observacional, até às técnicas de recolha da informação e aos

contextos que consubstanciam o accionamento dos instrumentos operatórios. No contexto da pesquisa em causa, a relação entre teoria e empiria arquitecta-se na duplicidade circular e recíproca entre as instâncias produtoras de sentidos sociológicos e as virtualidades do confronto constante com os dados que a pesquisa observacional nos permite.

Ler os contextos locais da AMP do ponto de vista das políticas culturais e turísticas exige ponderar uma estratégia de investigação sobre um *caso* e, a partir das diversas ramificações do caso presente, alguns dos municípios nas suas características culturais e turísticas particulares. As técnicas accionadas – na multiplicidade socialmente inscrita das virtualidades analíticas que sugerem e nas circunstâncias de interacção de partida – correspondem a tentativas de saturação analítica do objecto. A entrevista, numa feição não estruturada quando sugerida a informantes privilegiados, e com relativa directividade quando direccionada para a conversação com actores sociais e políticos, corresponde, na linha metodológica aqui assumida, a uma tentativa descritiva e analítica face ao objecto em questão. Quando cruzada, e porque a natureza metodológica dos procedimentos técnicos aqui presentes assim o exige, com outros instrumentos – a observação com fins exploratórios e associada às situações de interacção da entrevista, e a análise documental de um conjunto de fontes – alargam-se os horizontes de leitura das políticas culturais e turísticas à escala municipal e à escala metropolitana.

Na lógica que tentamos operacionalizar - a do intercâmbio possível entre as virtualidades inscritas tanto em desenhos qualitativos como nas abordagens quantitativas - percorremos diatribes próprias da investigação em torno de actores políticos e sociais e das representações e imaginários quanto às dimensões culturais e turísticas concelhias. Os contextos sócio-institucionais da investigação são uma outra componente que, na especificidade dos seus elementos, estrutura, a um outro nível, mas com incidência tão ou mais significativa, as orientações analíticas e, particularmente, as possibilidades de análise do campo, no caso o campo político local e metropolitano.

Numa outra vertente de análise, e assumindo as virtualidades decorrentes de um racionalismo de segundo grau (Pinto, 1985; 1984a; 1984b), intentamos fazer nos capítulos finais (Capítulos 4, 5 e 6) a construção das possibilidades de leitura das realidades locais aqui presentes. Acercamo-nos de uma realidade local municipal, privilegiando as diretrizes políticas dos discursos e os discursos sobre as práticas dos eleitos locais, inscritos, e a um outro nível analítico, num espaço metropolitano, feito de identidades e proximidades político-partidárias, como, de igual modo, de distanciamentos e constrangimentos político-partidários e pessoais. A análise desenha a tipologia possível de algumas características estruturantes dos discursos políticos e sociais sobre a cultura e o turismo. Como, igualmente, arquitecta um conjunto de vectores passíveis de serem integrados num painel de prioridades políticas do ponto de vista da intervenção a médio prazo, estreitando assim, e dentro dos *possíveis* do nosso exercício, as relações entre a prática da sociologia e a prática política fundamentada.

Na análise das regularidades e das similitudes entre os discursos dos actores locais e regionais, como de igual modo das contradições e das especificidades inter e intraconcelhias, concebemos no Capítulo 4 um relativo olhar diacrónico sobre a realidade política e cultural dos concelhos da AMP. Os indicadores sócio-demográficos e o levantamento da rede de equipamentos culturais e desportivos dos concelhos da AMP permitem-nos antever debilidades infraestruturais, e, nesse sentido, prioridades políticas de intervenção local quanto à construção de uma rede de equipamentos de âmbito municipal. Antecipamos potencialidades turísticas concelhias – que ultrapassam o que *a priori* contemporizamos como o vector fulcral da AMP, ou seja, o turismo cultural, nas suas várias expressões. Da associação entre as historicidades de cada concelho e as potencialidades culturais e turísticas subjacentes aos usos dos equipamentos locais, retemos convergências nas políticas culturais e turísticas que melhor se enquadram numa lógica supramunicipal. O enquadramento político-partidário da AMP e as especificidades políticas concelhias levam-nos a caracterizar o mapeamento político das câmaras municipais –

distribuídas entre 1976 e 2005 segundo os vectores socialista e social-democrata – e a sistematizar algumas particularidades dos eleitos locais e do exercício do poder local – por exemplo, a longa duração dos mandatos de certos actores políticos e a personalização do poder político local.

Nos Capítulos 5 e 6, confrontamos as potencialidades do enquadramento diacrónico com a análise sincrónica dos discursos dos actores políticos e sociais. Perspectivamos a AMP, e sempre que as fontes documentais o permitem, entre dois limites temporais flutuantes e reversíveis, 1981 e 2001. E visualizamos os discursos dos actores no período que contemporiza a pesquisa empírica: 2002 e 2003. Da triangulação entre ambas, encontramos regularidades. As políticas culturais, que posicionam a cultura num lugar central dos discursos políticos e dos discursos sobre as práticas políticas municipais, são matrizes de actuação mais objectivadas pelos eleitos locais. Constituem-se como parâmetros estruturantes dos projectos do desenvolvimento local e orientam-se por dois vectores principais: a criação de uma rede municipal de equipamentos e a concepção e sustentabilidade de uma oferta cultural municipal. Não dissociadas, qualquer uma delas, dos sentidos da descentralização e democratização cultural e da formação cultural e artística dos públicos.

Associadas a estas, estão outras regularidades, que definem as políticas culturais numa articulação estratégica com as potencialidades turísticas dos concelhos. Num plano de análise simultâneo, as lógicas de intervenção política, pelo menos do ponto de vista representacional e ideológico, integram, como *parâmetros paralelos e transversais* ao desenvolvimento local, a *cultura* – entendida nos diversos níveis de cruzamento entre produtos e bens diversificados e socialmente legitimados - e o *turismo* – segundo modalidades que se situam, também elas transversalmente, à natureza inicial daquilo que designamos por *turismo cultural*.

Quando configuramos as proximidades e os distanciamentos representacionais entre os concelhos da AMP, os discursos dos actores políticos e sociais delineiam pontos de chegada estruturantes: os dados triangulados

aproximam-nos mais de lógicas de afirmação intraconcelhia, por confronto com os constrangimentos, antes de mais formais e políticos, de afirmação interconcelhia e metropolitana. O projecto metropolitano em torno da oferta cultural e das potencialidades turísticas regionais desenha-se como uma aspiração política cujo fundamento ideológico se sustém mais do que as possibilidades efectivas de tais práticas políticas.

Perante um cenário de incompletude territorial e política de um espaço que se configura como espaço supramunicipal, finalizamos com um exercício modesto de novos vectores de análise do nosso objecto empírico e de propostas de actuação que, social e politicamente, podem constar de um olhar externo ao próprio campo científico da sociologia. Aproximamo-nos do figurino sociológico da *investigação direccionada para uma prática sustentada* – e retenhamos que o nosso *campo de possíveis* é tão legítimo e limitado quanto outros construídos a partir dos códigos teóricos e metodológicos de leitura científica sobre o social.